

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - *CAMPUS FLORESTAL*
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

DOUGLAS BATISTA CARDOSO

**A DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARAENSES:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DESCRIPTIVO E ANALÍTICO.**

FLORESTAL – MINAS GERAIS

2024

DOUGLAS BATISTA CARDOSO

**A DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARAENSES:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DESCRIPTIVO E ANALÍTICO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Viçosa UFV - Campus
Florestal, como parte dos requisitos para obtenção
do título de licenciado em Educação Física.

Orientador: Neilton de Sousa Ferreira Júnior

FLORESTAL – MINAS GERAIS

2024



Ministério da Educação
Universidade Federal de Viçosa
Campus Florestal-Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde
Licenciatura em Educação Física



TERMO DE APROVAÇÃO

A DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARAENSES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DESCRIPTIVO E ANALÍTICO.

DOUGLAS BATISTA CARDOSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no dia 09 de setembro de 2024,
como defesa no XXII SEMINÁRIO DE DEFESA DE TCC. O candidato foi arguido pela
Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados.

Neilton de Sousa Ferreira Júnior
Coordenador da Disciplina EFF 497
Presidente da Banca e Orientador

Elen Rose da Cruz Cunha
Membro titular

Silvania Antonia dos Santos
Membro titular

Florestal (MG), 09 de setembro de 2024

DEDICATÓRIA

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder a força, saúde e a sabedoria necessárias para concluir esta jornada tão importante da minha vida.

Aos meus pais, Maria Aparecida Batista dos Santos e Antônio Cardoso Neto, pelo amor, apoio e incentivo incondicional. Vocês são minha base e inspiração.

Agradeço imensamente à minha irmã Simone de Souza Cardoso e Rocha e meu cunhado Agmar Pinto da Rocha (em memória) pela moradia que me foi concedida durante minha graduação. Saiba que a dedicação de vocês foram essenciais para a realização deste sonho.

Aos meus amigos e colegas de curso, pelo companheirismo e pelas trocas de experiências de um paraense “perdido” em Minas Gerais que enriqueceram minha trajetória acadêmica. Agradeço especialmente a Aléxia Thamiris de Carvalho Fernandes, por estar sempre ao meu lado nessa caminhada com sua amizade e seu carinho radiante comigo.

A todos os professores que passaram pela minha trajetória de curso com seus ensinamentos e conselhos, e que com certeza contribuíram para minha formação acadêmica.

E meus sinceros agradecimentos ao Professor Neilton de Sousa Ferreira Junior, meu companheiro e orientador que sempre me apoiou quando eu pensei em desistir, me ajudou, me fortaleceu e me deu forças para continuar. Você é um exemplo e eu sempre te levarei em meu coração! Você desempenhou um papel significativo em minha graduação e representa muito para mim. Eu sou grato a você por toda a eternidade!

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigado!

EPÍGRAFE

A educação tem que desaprender um grande número de preconceitos, entre eles o de “querer fazer do surdo um ouvinte”.

(*Gládis Perlin*)

RESUMO

CARDOSO, Douglas B. **A DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PARAENSES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DESCRIPTIVO E ANALÍTICO.** 2024. 29 Páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física, da Universidade Federal de Viçosa – *Campus Florestal - Minas Gerais*, 2024.

O presente estudo, elaborado por meio de uma revisão de literatura e pesquisa de tipo exploratório-descritiva, tem como objetivo apresentar, descrever e qualificar a importância da capacitação dos professores de educação física para atuar com alunos surdos, com ênfase na formação dos professores no estado do Pará, de modo que essa formação contribua com os saberes necessários para a inclusão de alunos surdos nas aulas de educação física dentro do ensino regular, tendo a própria educação física o papel de oportunizar o desenvolvimento das capacidades motoras dentro da individualidade biológica do aluno surdo em aulas que proporcionem o desenvolvimento das capacidades motoras e sociais. Abordamos leis políticas, currículos pedagógicos das universidades públicas paraenses e programas analíticos que auxiliam no processo de inclusão, dentro e fora das universidades públicas paraenses que trazem em seus princípios uma educação para todos independente de suas necessidades. O aluno surdo tem como sua principal necessidade a comunicação, que é realizada através da linguagem de sinais, que foi desenvolvida pela necessidade de uma comunicação não verbal. Essa forma de linguagem é reconhecida por lei como meio oficial de comunicação e expressão pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e regulamentada a partir do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, na qual determina que a mesma deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia. Após a análise das matrizes curriculares das UFs Paraenses coube-nos, portanto, fazer uma reflexão acerca deste componente pedagógico na formação dos futuros professores de Educação Física no estado do Pará, que por sua vez é realizada pelas instituições privadas ou fora do próprio estado. Com isso, foi possível verificar que o curso de Licenciatura em Educação Física é completamente escasso, sendo encontrado em apenas uma das cinco universidades e, apesar de ser recomendado à oferta dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Base Nacional Curricular Comum, o seu proveito no ensino superior paraense se apresenta de forma bem retraída. Dessa forma é indispensável que os professores encontrem condições de formação continuada no sentido de prepará-los para a mediação pedagógica com a população surda, pois isso facilitará a comunicação durante as aulas e irá auxiliá-lo no processo de inclusão.

Palavras-chave: Educação Física; Inclusão; Surdez.

ABSTRACT

CARDOSO, Douglas B. **THE DISCIPLINE OF LIBRAS IN THE PHYSICAL EDUCATION DEGREE COURSES OF THE PUBLIC UNIVERSITIES OF PARÁ: AN EXPLORATORY, DESCRIPTIVE AND ANALYTICAL STUDY.** 2024. 29 Pages. Undergraduate Degree in Physical Education, Federal University of Viçosa – Campus Florestal - Minas Gerais, 2024.

This study, prepared through a literature review and exploratory-descriptive research, aims to present, describe and qualify the importance of training physical education teachers to work with deaf students, with an emphasis on teacher training in the state of Pará, so that this training contributes with the necessary knowledge for the inclusion of deaf students in physical education classes within regular education, with physical education itself having the role of providing the development of motor skills within the biological individuality of the deaf student in classes that provide the development of motor and social skills. We address political laws, pedagogical curricula of public universities in Pará and analytical programs that assist in the inclusion process, inside and outside public universities in Pará that bring in their principles an education for all regardless of their needs. The main need of deaf students is communication, which is achieved through sign language, which was developed due to the need for nonverbal communication. This form of language is recognized by law as an official means of communication and expression by Law 10,436 of April 24, 2002 and regulated by Decree No. 5,626 of December 22, 2005, which determines that it must be included as a mandatory curricular subject in undergraduate and speech therapy courses. After analyzing the curricular matrices of the Pará UFs, we were therefore responsible for reflecting on this pedagogical component in the training of future Physical Education teachers in the state of Pará, which in turn is carried out by private institutions or outside the state itself. With this, it was possible to verify that the Bachelor's Degree in Physical Education is completely scarce, being found in only one of the five universities and, despite being recommended for offering within the National Curricular Parameters and the Common National Curricular Base, its use in higher education in Pará is very limited. Thus, it is essential that teachers find conditions for continued training in order to prepare them for pedagogical mediation with the deaf population, as this will facilitate communication during classes and will assist them in the inclusion process.

Keywords: Physical Education; Inclusion; Deafness.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Universidades e Ofertas de Cursos em Lic. Educação Física 21

SUMÁRIO

1.	
1 - INTRODUÇÃO.....	10
1.1 OBJETIVOS.....	12
1.1.1 GERAL.....	12
1.1.2 ESPECÍFICOS.....	12
2 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3 - METODOLOGIA.....	19
4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
6 - REFERÊNCIAS.....	27

1 – INTRODUÇÃO

Ao pensarmos sobre a formação integral dos alunos dos cursos de licenciatura em Educação Física, considerando a atuação desses profissionais em turmas regulares que possuem alunos surdos, percebemos que as teorias disponíveis não consideram amplamente os aspectos da atuação dos futuros professores, criando uma grande lacuna formativa. Constatase que boa parte do material teórico sobre Libras e sobre a educação de surdos trata, em partes, sobre questões mais superficiais sobre a inclusão ou sobre os aspectos básicos da língua de sinais: gramática, fonética, fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Assim, este trabalho pretende refletir sobre a formação dos professores de Educação Física, considerando as especificidades e as necessidades de alunos surdos de escolares regulares, nas quais, a maioria dos professores são ouvintes e não são fluentes em Libras, para tanto, o aluno surdo tem direito garantido por Lei à presença de um intérprete que o acompanhe em todas as disciplinas cursadas.

Embora o curso de licenciatura em educação física prepare profissionais para lidar com os mais diversos públicos, percebemos que há um déficit formativo quando se trata de lidar com um aluno que possua algum tipo de deficiência. Por isso pretendemos discutir e apresentar a importância da LIBRAS como fator de inclusão no contexto da educação física escolar no intuito de torná-la mais real e acessível.

Fazendo uma abordagem na linha do tempo, a exclusão já fazia parte do cotidiano de vários povos antepassados. Os romanos por exemplo “desfaziam-se” das crianças deficientes abandonando ou até mesmo atirando-as de abismos pensando no seu fracasso no futuro. Por outro lado, os egípcios idolatravam e divinizavam essas crianças.

Leal (2022). aponta ainda que, na Idade Média, os parâmetros religiosos ditavam a “normalidade” e a deficiência era fundada em concepções estigmatizadas, segundo as quais os indivíduos com alguma “imperfeição” eram associados aos traços de feitiçaria e bruxaria. Segundo Mazzotta, “a religião, com toda a sua força cultural, ao colocar o homem como ‘imagem e semelhança de Deus’, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental” (MAZZOTTA, 1986, p. 16 *apud* LEAL, 2022, p. 3).

No Brasil, o percurso da educação de surdos vem desde a Idade Média. LEAL (2022, p. 03) afirma que: “[...] a educação dos surdos no Brasil passou por vários períodos, dentre

eles: períodos de exclusão, segregação, integração e inclusão, no que diz respeito à preparação das escolas regulares para atuar socialmente e promover, de fato, um modelo educacional que conte com as especificidades do aluno surdo”.

A língua utilizada no processo educativo era a de sinais, e a educação de surdos tinham os mesmos objetivos da educação dos ouvintes, que era o acesso à leitura. Após a inserção da Lei de Diretrizes e Bases Educação 9394/96 prescreve que crianças portadoras de necessidades educativas especiais devem ter sua escolaridade atendida, fundamentalmente pela escola regular. Porém mesmo com a obrigatoriedade, as instituições escolares apresentam dificuldades na sua implantação gerando uma alta evasão e deixando-os às margens da escola. E, por mais que alguns permaneçam incluídos, poucos conseguem permanecer.

Essas constatações têm sido debatidas por uma série de autores que atuam na pesquisa sobre a realidade escolar para o surdo no Brasil. Para citar alguns exemplos, destacam-se: as questões linguísticas e cognitivas do surdo, por Eulalia Fernandes (1990, 2000), Lucinda F. Brito (1993) e Ronice M. Quadros (1997); alguns caminhos possíveis para a prática pedagógica no processo de alfabetização da criança surda e suas relações com os pares ouvintes, por Maria C. R. de Góes (1999) e Regina M. de Souza (1998); a avaliação das políticas públicas na educação de surdos, por Carlos Skliar (1995, 1997a., 1999a, 2001), entre outros.

As questões de superficializar a inserção dos excluídos (entre eles, o surdo) na escola regular não deve se limitar a integração de colocá-lo fisicamente nas escolas regulares, mas de inibir os modelos pedagógicos hierárquicos que foram deixados para os educadores atuais: o modelo oralista na educação de surdos.

Um olhar mais profundo sobre o que acontece na escola regular com o aluno surdo é o chamado consenso mudo que é o fato de que todos falam, o aluno também deve falar. Esse consenso e tolerância é algo bastante discutido nos dias atuais, pois a convivência com os colegas “normais” implica o que vimos na Sociologia da Educação Física que, quando não somos parte do igual ficamos diferente e excludentes do ambiente que vivemos.

A especificidade linguística do surdo implica, aos que não têm uma base de conhecimento acerca do assunto, à exclusão do surdo dentro das rodas de conversas, no recreio e outras inserções em meios comuns de ensino, dos quais ele utiliza a língua de sinais como principal forma de comunicação.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivos Gerais

Posto isso, esta pesquisa teve por objetivo investigar a importância da oferta da disciplina de LIBRAS dentro do curso de Licenciatura em Educação Física nas instituições públicas de ensino superior do estado do Pará e como isso afeta os processos de ensino e aprendizagem de alunos surdos em escolas regulares.

1.1.2 Objetivos Específicos

Por importância, esta pesquisa designa a investigação dos fatores que dificultam ou mesmo inviabilizam a aquisição do conhecimento por parte do universitário.

Designa também analisar, de acordo com parâmetros oficiais, a carga horária das disciplinas de LIBRAS ou similares nas grades curriculares nas instituições públicas paraenses.

Por fim, esse estudo exploratório propõe uma reflexão sobre a eficácia das ferramentas disponíveis à aprendizagem do professor em formação.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentamos algumas reflexões bibliográficas de grandes autores que foram determinantes na história da educação de surdos. Retornaremos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), capítulo V, artigo 58 que diz: “Entende-se por educação especial a modalidade educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Isso inclui o apoio especializado nas escolas regulares para atender suas necessidades. Sousa e Goés (1999) afirma que o surdo se enquadra nesse artigo, pois reconhece o direito ao serviço especial nos casos de que as necessidades dos alunos os impedem de usufruir recursos da classe comum.

Botelho (1998) debate que uma das ideias da educação oralista é a “abordagem natural” que exige reproduzir para os surdos as mesmas condições em que o ouvinte adquire a linguagem, fugindo totalmente do que se pressupõe lei.

A escola regular acaba privando o surdo do importante contato com outros surdos, o que empobrece sua amplitude de visão de mundo enquanto sociedade inclusiva. Também é na escola regular que se irreconhece a diferença cultural, deixando o surdo sem espaço para se manifestar culturalmente, nas suas particulares formas de expressão.

Perlim e Quadros (1997) apontam ao modelo de inclusão e advertem sobre as condições desiguais ofertadas aos alunos surdos em relação à aquisição e a apropriação do saber, quando comparados aos alunos ouvintes. Suas necessidades educacionais não são observadas e tampouco supridas deixando os incapazes de possibilitar o seu pleno desenvolvimento.

As representações dessa cultura segundo Ströbel (2006, p. 6) designa o “povo surdo” como um grupo de sujeitos surdos que não habita um mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, tais como a cultura surda, usam a língua de sinais, tem costumes e interesse semelhantes, histórias e tradições comuns e qualquer outro laço compartilhado. Diante dessas informações podemos dizer que existe um jogo de espelhos entrepostos entre si, que forma uma rede de força e estratégias de poderes de ambos os lados referentes aos sujeitos famosos, sobre as suas percepções cotidianas. Isto é, suas identidades surdas camoufladas, ou seja, mascaradas.

O estereótipo do ser ouvinte por muitas vezes acaba idealizando uma competição onde o “falar” ou “ouvir” não forem como o esperado pela sociedade será definido como possuidor

de incapacidade ou incompetência. Sternberg e Grigorenko (2003, p. 16) diz que rotular alguém como possuidor de uma aptidão ou dificuldade de aprendizagem é o resultado de uma interação entre o indivíduo e a sociedade que ele vive. Pensar e julgar o sujeito surdo dessa maneira é totalmente de madeira errônea, pois não lhes falta “nada”, são comunicáveis, inteligentes e não tem comportamento imaturo.

A sociedade atual não conhece nada ou muito pouco sobre o povo surdo e na maioria das vezes ficam receosos sem saber como se relacionar com o sujeito surdos. Wrigley (1996, p. 47) rebate dizendo: “(...) para os ouvintes, a atitude convencional se baseia que as crianças surdas “passarão” por ouvintes, tornando-se “aceitáveis” como pessoas que parecem ouvir. Essa conceituação ouvintista ainda está presente nos dias atuais, empurmando o surdo para a ilusão da “cura” na esperança da “normalização”.

Wrigley nos explica que a política ouvintista predominou dentro de um modelo clínico, de caráter reparador e corretivo, consideravam a surdez como um defeito, atrelado a uma doença na qual teria de ter tratamento para “normalizá-la”. Wrigley retoma dizendo (...) surdos são pessoas que ouvem com ouvidos defeituosos, se consertássemos os ouvidos, eles estariam ouvindo. Isso é uma verdade comum, mas não lógica. Essa transposição crua revela um tecido social de práticas deixando à tona quais identidades são disponíveis e as aceitáveis (WRIGLEY, 1996, p. 71).

Quando essa identidade não é aceita, para viver “normalmente” o surdo deveria aprender a falar e assim ficará bem integrado a sociedade e se não consegui é considerado “desvio”. Lopes (2004, p. 41) ressalta que o educar e de normalizar as pessoas surdas era feito pelas escolas, aplicando a representação de invalidez nos alunos surdos para uma ruptura para o projeto definido pelas diferenças tidas como problemáticas.

Com isso, surgiu a necessidade de aperfeiçoar a “qualidade de vida” dos sujeitos surdos, com a crescente promoção da saúde realçada pelo preceito de inclusão e “normalização”. Surgiu então o estímulo para que os surdos aprendam a falar e a ouvir, com a suposição de que sejam sujeitos “ouvintes”, usando e apropriando de uma identidade de ouvintes e tendo sua surdez negada.

Esse comportamento e visão ouvintista incapacita o sujeito surdo e não respeita sua língua de sinais e sua cultura surda. Lane (1992, p. 23) nos esclarece que a surdez não é um privilégio para a sociedade, porque os surdos não podem apreciar músicas, participar de uma

conversa, não ouvem anúncios ou realizam telefonema. Lane ainda completa dizendo: O sujeito surdo anda à deriva, parecendo que está em uma cúpula, uma barreira entre nós, por isso o surdo está isolado. A falta de audição tem um impacto muito grande para a comunidade ouvintista, que estereotipa os surdos como “deficientes”, pois a fala e audição desempenham um papel importante destaque na vida pessoal e profissional do sujeito.

A pesquisadora surda Miranda (2001, p. 23) se atenta quanto à identidade surda: “ela é ameaçada constantemente pelo “outro”. Este outro pode se referir aos surdos que optaram pela representação da identidade ouvintes”. Skliar (1998, p. 15) remete à prática ouvintista como: (...) “olhar-se, e narrar-se que acontecem as percepções dos ser deficiente, do não ser ouvinte, legitimando às práticas terapêuticas habituais”.

Em observância ao Decreto 5626/05, o curso de Letras LIBRAS busca garantir a inclusão social dos surdos na sociedade por meio de formação acadêmica, abrindo caminhos para a inclusão no mercado de trabalho formal. A entrada e permanência do aluno surdo em instituições de ensino bastante baixas, a pouca oferta de vaga, profissionais e tecnologias de acessibilidade escassas são um fosse vários motivos da grandiosa evasão escolar.

Voltando o foco para os primeiros anos iniciais, a língua de sinais no ambiente escolar é de fundamental importância para as crianças surdas. QUADROS (1997) nos mostra três papéis diferentes para a Língua de Sinais na escola: a língua de sinais como disciplina independente; a língua de sinais como a língua usada para ensinar a língua oral-auditiva; e a língua de sinais como a língua usada para trabalhar com as demais disciplinas escolares.

Os linguistas (FERREIRA-BRITO, 1995; QUADROS, 1997; QUADROS E KARNOPOPP, 2004) reconhecem as línguas de sinais de forma geral como línguas naturais, ou seja, línguas que apresentam as propriedades das línguas humanas. No caso do Brasil, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) desempenhou esse papel e realizou o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) regulamentada pela Lei 10.436, a chamada Lei de LIBRAS culminada pelo Decreto 5.526 de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

Na perspectiva social e dentre outros aspectos que representam as experiências visuais do surdo, o mundo passou a ter significado a partir do momento em que puderam se expressar e ter escutas através dos sinais. Diante das perspectivas linguísticas e educacionais, a Língua

Brasileira de Sinais organiza a forma de expressar, além de captar as formas de ensinar e aprender do surdo.

As organizações dos movimentos de resistência surda, captou, registrou e refletiu sobre os interesses das comunidades surdas brasileiras, trazendo a Língua Brasileira de Sinais para o debate acadêmico. Com isso pode-se evidenciar a fragilidade de se pensar o ensino centrado apenas no ouvir e falar. Devido a isso, procuram se libertar das amarras da Língua Portuguesa em seu desenvolvimento intelectual. Para essas organizações, a Língua de Sinais não é um instrumento de comunicação que tem por meio facilitar o aprendizado a Língua Portuguesa, mas de uma total transformação das relações sociais, culturais e institucionais que se geraram e ainda geram as representações hegemônicas sobre o ser surdo no sistema de ensino. Para tanto, optamos por um trabalho de revisão bibliográfica, cuja perspectiva se volta para o egresso e permanência do surdo na escola regular.

A Lei 10.436/2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como a língua oficial para comunicação e expressão para os surdos. Essa é uma vitória inestimável para a comunidade surda brasileira, a partir do reconhecimento de seus valores culturais e linguísticos. Há, também, a Lei 10.845/2004, que prevê o atendimento em salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) com instrutores de libras e professores de língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos. Soma-se a essas conquistas o Decreto 5.626/2005 que determina o ensino aos surdos em salas ou escolas próprias (em regiões em que essa modalidade esteja disponível), além da inclusão da disciplina LIBRAS nos currículos de todos os cursos de licenciatura, pedagogia e fonoaudiologia.

Para o contexto de escolas regulares, o decreto garante a presença do intérprete de libras nos contextos ouvintes – sobretudo nas salas de aula. Prevê, também, a formação de professores de Libras por meio da graduação em Letras/Libras e de intérpretes por meio do bacharelado nessa mesma área.

Entretanto, a inclusão desse conteúdo nas grades dos cursos de licenciatura não resolve questões e entraves persistentes na educação de surdos, pois, segundo Mariana Campos, “isso envolve também o reconhecimento dos aspectos didáticos e metodológicos adaptados à cultura surda e à língua de sinais, que são diferentes de uma aula destinada a alunos ouvintes”. (p. 53).

Ao pensarmos a formação de professores que irão ensinar seus conteúdos para alunos surdos, percebemos que as teorias disponíveis não consideram efetivamente as necessidades formativas dos futuros professores. Ainda há caminhos a percorrer e há lacunas persistentes que este projeto de pesquisas buscará investigar, especialmente, a partir de reflexões e observações sobre o ensino dos conteúdos trabalhados dentro da educação física escolar.

Salienta-se, aqui, a relação intrínseca entre língua, linguagem, identidade e cultura, partindo da esfera individual para ideia de comunidade, já em uma esfera coletiva.

MOURA defende que:

A escola, quando adaptada para o aluno surdo, respeita a sua diferença e faz esforços para inseri-lo nas atividades da vida diária que são transmitidas pela audição. Dessa forma, é importante que ele possa ter conhecimento das informações que são apresentadas pelo som, mas que lhe devem ser interpretadas de um jeito que ele possa aprendê-las (MOURA, p. 23).

Sendo assim, Moura defende o caso das pessoas com deficiência auditiva que necessitam de materiais diversificados em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), um intérprete, além de material adequado à sua deficiência que por muitas vezes é escasso ou inexistentes, somando-se a isso a necessidade de professores habilitados e capacitados para trabalhar essas diversidades.

Segundo Campos, há duas vertentes de pesquisas que não coincidem sobre a educação de surdos: alguns pesquisadores indicam que a educação dos surdos deve acontecer em escolas regulares compartilhando o ambiente ouvinte. Damázio (2005) e Mantoan (2005). Outros pesquisadores defendem que a educação de surdos deve acontecer de acordo com a cultura, língua, história cultural, metodologia, currículo e prática direcionados aos surdos. Machado (2006), Quadros (2005), Lacerda (2006) e Botelho (1998). Neste segundo caso, a inserção deve acontecer em escolas de surdos, com professores surdos e bilíngues atuando em cada uma das disciplinas que compõem os currículos.

Neste projeto consideramos o primeiro modelo de inclusão citado, quando o surdo está imerso em uma escola regular, já que a cidade definida para o estudo ainda não possui escolas de surdos e, nessa realidade, sabemos que o aluno estará em um contexto predominantemente ouvinte, mediado pela presença do intérprete em aulas de educação física.

O modelo de educação cultural o surdo é reconhecido por sua identidade diferente e, portanto, um “sujeito cultural”. Nesses espaços, segundo Campos, 2013 p. 47: “os surdos lutam pelos seus direitos de pertencerem a uma cultura surda representada pela língua de sinais, pelas identidades diferentes, pela presença de intérpretes, por tecnologias especializadas, onde a diferença possa ser respeitada”.

Devido à surdez que atinge muitos brasileiros, ainda são poucas as instituições de ensino e os professores realmente estão prontos para recebê-los. Caracterizado como a perda parcial ou total da capacidade de controlar ou perceber sinais sonoros, a surdez pode ser classificada de acordo com a gravidade da perda auditiva, o local ou a quando a lesão apareceu. Os professores de educação física devem lembrar que a surdez pode afetar negativamente a percepção de tempo e espaço, a percepção de ritmo e equilíbrio, principalmente nas lesões no ouvido interno, que podem ser aliviadas por um atendimento especial e sob medida para cada aluno.

Partindo para a Educação Física escolar, com o passar dos tempos, houve uma evolução no sentido de melhorar a prática pedagógica que supre as necessidades de pessoas com deficiências específicas, que passou a ser denominada Educação Física Adaptada que, nos dizeres de WINNICK (2004, p. 04):

[...] é uma área da educação Física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para pessoas com necessidades educativas especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando suas diferenças individuais (WINNICK, 2004, p. 04).

E diante da surdez, percebemos a necessidade do professor de educação física de compreender a língua de sinais, pois é o meio principal de comunicação de pessoas surdas, sendo assim um meio de compreensão e comunicação direta entre professor e aluno. Além de ser considerada por lei, a LIBRAS como primeira língua do surdo, e a segunda língua o idioma de seu país nativo, no caso do Brasil, a língua portuguesa.

Embora o conhecimento de Libras seja excelente e favoreça a inclusão e a dinâmica de ensino para o aluno surdo, a fluência nesse conteúdo não é esperada do professor regente, tarefa que cabe ao intérprete. Do professor, espera-se, sobretudo, a criação de uma metodologia adequada para ensinar seu conteúdo, em aulas visualmente claras, que favoreçam

a atuação do intérprete e, consequentemente, o aprendizado. Considerando essas questões, o objetivo deste trabalho foi apresentar a importância do professor de educação física com conhecimento em LIBRAS, na inclusão do aluno com surdez. Esse tipo de formação/atuação traz benefícios a todos: surdos e ouvintes.

3 - METODOLOGIA

Conceitualmente, utilizamos o método de estudo exploratório. A pesquisa exploratória é um procedimento utilizado para examinar temas pouco estudados. Ela serve como o primeiro passo em pesquisas científicas e tem como objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele com base em informações sobre um assunto específico.

3.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa tem caráter bibliográfico, uma vez que utiliza livros, artigos de jornais e revistas sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral (VERGARA, p. 48, 2005).

A classificação quanto ao tipo de pesquisa foi feita baseada na taxonomia de VERGARA (2005), considerando a pesquisa quanto aos fins e quanto aos meios:

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa explicativa, pois pretende explicar a ocorrência de um fenômeno:

A investigação explicativa tem como principal objetivo tornar algo inteligível justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno (VERGARA, p. 47, 2005).

Quanto aos meios, a pesquisa é documental, pois utiliza documentos arquivados por diversas fontes para compreender o tema abordado.

Uma investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videotape, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros (VERGARA, 2005, p.48).

A identificação das fontes do referencial teórico foi realizada em livros e com uma revisão dos trabalhos relacionados ao tema publicados no período de 1986 a 2022 nos bancos de dados bibliográficos Scielo e Google Acadêmico.

Durante a pesquisa, foram encontrados e analisados quatorze artigos, quatro livros e três leis referentes ao ensino especial e a Língua Brasileira De Sinais (LIBRAS).

Para o levantamento das Universidades Federais e Estaduais do estado do Pará que possuem curso de Licenciatura em Educação Física, foi realizada uma consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC).

Ao acessar o e-MEC, selecionamos Pará como Unidade Federativa; Categoria Administrativa: Pública Estadual e Pública Federal; Organização Acadêmica: Universidade; seguindo da solicitação da pesquisa.

Escolhemos a busca de Universidades Federais no estado do Pará, pois é o estado de habitação do autor, batendo de frente com a realidade controvérsia mais próxima à realidade da Universidade, na qual foi realizada a formação acadêmica do autor em Minas Gerais.

Nesta pesquisa foram selecionadas pelo e-MEC, 4 (quatro) Universidades Federais e 1 (uma) Universidade Estadual no Pará. Em seguida fizemos a consulta em cada uma delas, para identificarmos quais possuem curso de Licenciatura em Educação Física. Encontramos todas com inúmeros cursos presenciais, mas apenas uma única universidade federal oferece o curso em sua grade de graduação.

Após esta busca, procuramos no site da mencionada universidade, a matriz curricular do curso de Licenciatura em Educação Física, para verificarmos se possui em seu currículo o conteúdo LIBRAS, ou alguma disciplina de Inclusão por meio da Linguagem de Sinais. Após

a conclusão deste levantamento, apresentaremos os resultados alcançados e a sua análise em relação à literatura específica sobre LIBRAS.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscando responder aos objetivos desta pesquisa, e atendendo às respectivas especificações da metodologia, chegamos ao montante de quatro (4) Universidades Federais e uma (1) Universidade Estadual no estado do Pará, totalizando 5 (cinco) Universidades Públicas Paraenses. Apenas uma possui em sua grade da graduação o curso de Licenciatura em Educação Física, e quatro (4) universidades não oferecem nenhum curso de Licenciatura em Educação Física ou Letras - LIBRAS em sua grade curricular, conforme pode ser observado na tabela 1.

TABELA 1 - Universidades e Ofertas de Cursos em Lic. Educação Física

UNIVERSIDADES	POSSUI LIC. EFI	CH LIBRAS	QUANDO É OFERTADA	MODALIDADE
UEPA				
UFOPA				
UFPA	X	34h	7º Período	Presencial
UNIFESSPA				
UFRA				

Apresentamos na tabela 1 todas as universidades públicas e estaduais, possuem a licenciatura em educação física na sua grade de ensino e a disciplina de LIBRAS ou Linguagens Inclusivas em suas matrizes curriculares, independente da modalidade oferecida.

Comparamos entre elas o ano de sua criação, fator que pode ser indicativo dessa ausência: UEPA: 1993; UFOPA: 2009; UFPA: 1957; UNIFESSPA: 2013; UFRA: 2002. Com essas informações, podemos especular que a única universidade paraense que dispõe do curso de educação física é a mais antiga. Sua localização pode ser outro fator determinante para a disponibilidade do curso. A UFPA possui 11(onze) campi espalhados pelo estado do Pará: em Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

Essas cidades citadas anteriormente são grandes metrópoles aqui no estado do Pará, e as que não se classificam nesse quesito, estão localizadas em grandes rotas fluviais como a Hidrovia Tocantins-Araguaia e a Hidrovia Solimões-Amazonas e a BR-230 (Rodovia Transamazônica). Tornando-se assim polos estratégicos com cursos estratégicos, ou seja, quanto maior é o centro urbano, maior será a disponibilidade de cursos das áreas das licenciaturas e educação.

Apresentamos agora algumas reflexões que foram determinantes na história da educação de surdos. Retornaremos ao Decreto Nº 5626/05 no Capítulo II, Art. 3º, onde inclui a LIBRAS como disciplina curricular: “A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Diante dessa colocação, observamos que mesmo a universidade sabendo da necessidade de promover cursos das mais diversas áreas, principalmente da educação e saúde, a inclusão desses cursos que possa garantir uma educação que viabilize, pelo menos, o mínimo de acesso aos conhecimentos básicos nos anos iniciais da escolarização, parece ser algo muito difícil de efetivar.

Ao analisarmos a posição geográfica do estado do estado do Pará, estando ao meio da floresta Amazônica, vemos que sua maior fonte de renda da população é o extrativismo mineral, baseando-se na exploração da bauxita, ferro, manganês, calcário, ouro, cobre e estanho. O alumínio e o minério de ferro são os principais produtos de exportação do estado do Pará. O extrativismo vegetal também é de grande importância como a exploração da

madeira e frutas típicas da amazônia como o açaí e a castanha-do-pará, e, além desses temos a exploração pecuarista, na criação de gado, sendo o segundo maior produtor de carne bovina do Brasil e o maior no quesito rebanho de bubalinos segundo a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, ADEPARÁ, (2024).

Tendo conhecimento de todas essas informações, podemos verificar a importância dos cursos ofertados nas Universidades Públicas do estado do Pará, das quais possuem inúmeros cursos voltados para a Agronomia, Agropecuária, Engenharia Ambiental, Sanitária e Florestal, Engenharia de Produção, Ciências Naturais e Biológicas além do curso de Educação no Campo, para a atuação de professores nas regiões rurais e ribeirinhas que são afastadas dos grandes centros urbanos, priorizando seus saberes, valores, costumes, práticas sociais e produtivas dos sujeitos do campo e da agricultura familiar. Esses cursos foram estrategicamente oferecidos para formar profissionais para a atuação local, de maneira que se tenha uma baixa evasão de trabalhadores locais para atuar em outros estados brasileiros.

Rêgo, expôs que “a falta de profissionais qualificados, instituições que sigam os modelos propostos nas políticas públicas e uma língua compartilhada na vida dos indivíduos surdos são fatores que devem ser avaliados para a melhoria do ensino”. (2013, p. 43). Então, o que nos tem a dizer as políticas de inclusão? Esta que aponta a bandeira do direito de todos à educação nos aparenta ser fragmentada, pois ao mesmo tempo que inclui é promotora da própria exclusão que acontece no ambiente escolar,

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados que obtivemos nessa pesquisa nos mostram que o foco maior das universidades públicas paraenses são de cunho de exploração das reservas naturais de minério e vegetal e a exploração animal para consumo e exportação.

Para o ingressando que quiser cursar licenciatura em educação física terá que optar por uma única universidade pública que tenha o curso ou buscar por opções menos viáveis, que

são as instituições privadas, que possuem polos de ensino apenas em grandes centros urbanos, dificultando assim a chegada dos menos favorecidos até elas.

Apontamos ainda que o curso de licenciatura em educação física ainda é negligenciado dentro dos currículos das Licenciaturas nas Instituições Paraenses. A situação se intensifica ao somarmos a população que se declara surda ou deficiente auditiva, que, segundo o IBGE (2024) estipula em um total de 384 mil paraenses. A presença da disciplina relacionada às manifestações linguísticas, parece ainda não evidenciar de fato a inclusão da LIBRAS na atuação escolar. Isso aumenta ainda mais o distanciamento da inclusão de alunos surdos dentro da comunidade escolar, aumentando assim o número de trabalho informal desse grupo de indivíduos.

As leituras das pesquisas que construíram esse trabalho nos possibilitaram traçar um panorama geral do que vem acontecendo na educação de alunos surdos nas aulas de educação física. Destacamos os aspectos referentes à inclusão do surdo no ensino regular, a formação dos professores e a pequena produção científica desenvolvida na área e questões enfatizadas nas investigações.

Podemos perceber também que há um grande descompasso entre teoria e prática na educação de surdos no Brasil. É urgente uma melhor capacitação dos futuros professores nas universidades, o ensino da Libras, a formação continuada dos docentes e o desenvolvimento de pesquisas que possam contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de pessoas surdas. A inclusão de uma disciplina de 40 ou 60h/a de LIBRAS é insuficiente para a devida qualificação do educador no ensino do aluno surdo.

O sistema capitalista em que vivemos, caracterizado pela mercantilização, que se concentra apenas no lucro e na satisfação das necessidades do mercado, não permite que os indivíduos com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade. Após a conclusão do ensino básico, a maioria destes continua sem emprego, sendo os mesmos subordinados aos empregos informais, porque não atende às demandas do mercado de trabalho.

No Brasil, há muitas escolas particulares que oferecem aulas em ambos os idiomas. No entanto, a maioria deles oferece aulas em Português e Inglês. Portanto, a segunda língua oficial do Brasil, a LIBRAS, deve ser ensinada obrigatoriamente em todas as escolas do

Brasil. Assim, provavelmente poderíamos resolver alguns problemas com a educação de surdos em algumas instituições de ensino no Brasil.

O uso de medidas paliativas não pode ser mantido por muito tempo, pois, embora elas possam aliviar a situação, as mesmas não resolvem realmente o problema. E, ainda quando, os educadores e gestores estejam cientes da natureza particular da educação do surdo, os progressos em sua prática são lentos e temporários. Assim, os surdos continuam a ter problemas de comunicação e sua educação é prejudicada.

A teoria histórico-cultural mostra que o desenvolvimento pleno é impossível sem acesso a uma língua, professores inadequados para atender aos alunos e incentivos para pesquisas que embasam a prática e forneçam alternativas para as pessoas com deficiência.

O indivíduo surdo dificilmente alcançará os níveis mais altos dos avanços culturais desenvolvidos pela humanidade se não tiver um meio propício para o seu pleno desenvolvimento enquanto ser humano. Além disso, aqueles que não dominam a língua de sinais e o português escrito e/ou oral não poderão aprender, sendo ele ali, apenas mais um copiador em sala de aula

Ao contrário do que parece, a turma de surdos cria condições favoráveis para o ensino-aprendizagem de falantes de Libras. Eles ajudam a ensinar porque o espaço é inclusivo, respeitando as especificidades linguísticas e culturais e reunindo diferenças e diversidade. Os alunos têm a oportunidade de interagir na língua de sinais com todos na escola, incluindo professores e outros membros da comunidade.

É óbvio que a atual proposta de educação bilíngue de surdos não se limita à turma de surdos e ao uso da língua de sinais. Isso se deve ao fato de que colocar os surdos no mesmo espaço de um ouvinte, o que não é suficiente para que eles sejam eficazes. Assim, uma educação bilíngue requer mudanças significativas nas organizações, ideias, diretrizes, metodologias, posturas e concepções educacionais.

Com isso, o sucesso da educação de surdos depende de um projeto educacional totalmente baseado nas diferenças linguísticas e culturais dos alunos. Além disso, é fundamental levar em consideração a diversidade das pessoas com surdez, bem como as

diferenças entre pessoas com surdez e pessoas com deficiência auditiva, pois cada grupo terá suas próprias estruturas de ensino.

Em resumo, é necessário superar as controvérsias teóricas sobre a educação inclusiva e especial para garantir que a educação seja acessível a todos. Os conceitos reducionistas estão cada vez mais obsoletos e devem ser substituídos. Eles consideram a educação especial limitada à antiga ideia de educação especial, colocando-a na contramão do movimento de inclusão atual e ignorando a realidade dos alunos surdos por meio da imposição de crenças e opiniões. Portanto, as políticas devem tratar os alunos ouvintes como ouvintes, surdos como surdos e com deficiência auditiva da mesma maneira, respeitando as especificidades de cada um e promovendo o desenvolvimento completo de suas habilidades.

O indivíduo surdo já passa por vários problemas em sua vida pessoal devido à deficiência, afetado desde o seu convívio familiar, a interação social, processo de aprendizagem, problemas de saúde relacionados à surdez e problemas emocionais que são acarretados ao longo da vida devido ao preconceito e à falta de conseguir se expressar. Vale ainda ressaltar a necessidade de estudar diferentes formas para garantir a eficácia da comunicação, como estímulos visuais e sinestésicos, além da expressão facial e corporal. Por fim, a educação em grupos deve ser estimulada, uma vez que as pessoas surdas, especialmente pelas suas dificuldades na comunicação, se veem normalmente em uma situação de isolamento social.

5 - REFERÊNCIAS

Fundamentação teórica geral

ALMEIDA, W. G. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente.** [online]. Ilhéus, BA: Editus, p197, 2015.

LOPES, M. C. **Surdez & Educação.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 201, 2007.

Fundamentação teórica regionalmente localizada

- RÊGO, P. P. **Leitura e letramento de aluno surdo do 7º ano do ensino fundamental.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém/PA, 2013.
- PINTO, A. M; SILVA, G. É. **Uma reflexão sobre o ensino do português para alunos surdos inclusos.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Pará. Santarém/PA, 2005.
- CUNHA, B. A.; SANTOS, P.S. **Uma reflexão sobre a educação de surdos em Santarém a partir das produções científicas da UFOPA.** Revista Pedagógica, Chapecó, v. 22, p. 1-26, 2020.
- SILVA, J. R. da. **As TICs como promotoras da inclusão escolar do surdo em uma escola estadual de Santarém-PA.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém/PA, 2014.
- ROCHA, G. da S. P. **Aprendendo a falar e a escrever com as mãos: o professor alfabetizador diante do desafio de alfabetizar a criança surda.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém/PA, 2016.
- KOTAKI, Cristiane Satiko; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O intérprete de libras no contexto da escola inclusiva. In: Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos.** Edufscar: São Carlos, 2013.
- BRANDÃO, Luciana Leal. **Metodologias de ensino para crianças e adolescentes surdos: desafios e perspectivas em contexto educacional regular.** Projeto de pesquisas apresentado à UFV - Universidade Federal de Viçosa, 2022. (Não publicado).
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos Santos. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos.** Edufscar: São Carlos, 2013.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Brasília, 1996.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; CAETANO, Juliana Fonseca. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos.** Edufscar: São Carlos, 2013.

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- MAZZOTTA, M.J.S. **Deficiência escolar e necessidades especiais.** Educação ONLINE, São Paulo, 2003.
- WINNICK, J. P; SHORT, F. X; LIVIERMAN, L. J; HOUSTON-WILSON, C. “**Educação Física e Esportes Adaptados**”. Barueri, São Paulo. Manole 3^a ed. (2004).
- MOURA, Maria Cecília de. Surdez e linguagem. **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos.** Edufscar: São Carlos, 2013.
- SANTOS, Lara Ferreira dos; CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. **O ensino de Libras para futuros professores da educação básica.** In: **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos.** Edufscar: São Carlos, 2013.
- QUADROS, Ronice Müller de; **ESTUDOS SURDOS I**, Editora Arara Azul, Petrópolis, RJ, 2006, p 14-75.
- QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis; **ESTUDOS SURDOS II**, Editora Arara Azul, Petrópolis, RJ, 2007, p 18-37, p 190-211.
- QUADROS, Ronice Müller de; **ESTUDOS SURDOS III**, Editora Arara Azul, Petrópolis, RJ, 2008, p 30-55, p 80-97.
- CAETANO, Juliana Fonseca; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Libras no currículo de cursos de licenciatura.** In: **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos.** Edufscar: São Carlos, 2013.
- CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. **Educação inclusiva para surdos e as políticas vigentes.** In: **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos.** Edufscar: São Carlos, 2013.
- GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender LIBRAS.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- SILVA, Maria Odete Emygdio da; **Da exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas,** Revista Lusófona de Educação, 2009, p. 135-153.
- QUADROS, Ronice Müller de; **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão,** Ponto de Vista, 2003, p. 81-111.

EDUCAÇÃO FÍSICA: DIGRESSÕES, CONTROVÉRSIAS E PERSPECTIVAS, CAVALHEIRO, Ariana Souza; SOARES, Rodrigo Lemos; **Revista Didática**, v. 16, n.1, 2014, p. 66-76.

VERGARA, S.C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

HARRISON, Kathryn Marie Pacheco. **LIBRAS: apresentando a língua e suas características**. In: **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à LIBRAS e educação de surdos**. Edufscar: São Carlos, 2013.